

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

A quantia recuperável é estimada para cada ativo individualmente ou, no caso de não ser possível para a unidade geradora de caixa a qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando os motivos que provocaram o registo das mesmas deixaram de existir e, conseqüentemente, o ativo deixa de estar em imparidade. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como resultados operacionais. Contudo, a reversão de uma perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

Ativo	Natureza	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Recuperável	Modelo Utilizado	
					Justo valor	Valor de Uso
Clientes, Contribuintes e Utentes	Ativo gerador de caixa	1.840.099,15 €	1.840.099,15 €	- €		
TOTAL		1.840.099,15 €	1.840.099,15 €	- €		

– As imparidades no IPT apresentam a seguinte evolução e desagregação:

	2018	2017	2016
Clientes	260.010,50 €	1.389.478,57 €	1.349.934,82 €
Utentes	1.530.211,78 €	255.774,94 €	226.996,34 €
Total	1.790.222,28 €	1.645.253,51 €	1.576.931,16 €

Foram registadas em cobrança duvidosa as dívidas dos utentes e dos clientes, cujos, prazos de pagamento sejam superiores a 12 meses.

Foram constituídas no período imparidades de estudantes no montante de 151.498,56€ e revertidas imparidades de clientes no valor de 6.529,59€, apresentando um total de 144.968,77€ em mora superior a 12 meses desde a data do respetivo vencimento.

– As imparidades nos SAS-IPT em 31/12/2018 apresentam a seguinte desagregação:

Clientes	48.311,97 €
Utentes	1.564,90 €
Total	49.876,87 €

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Foram registadas em cobrança duvidosa as dívidas dos utentes e dos clientes, cujos, prazos de pagamento sejam superiores a 12 meses.

Foram revertidas imparidades de clientes no valor de 3.703,87€, apresentando um total de 49.876,87€ em mora superior a 12 meses desde a data do respetivo vencimento.

10. Inventários

Nesta nota são apresentadas as divulgações exigidas pela NCP 10, não contemplando as divulgações de inventários das seguintes naturezas: trabalhos em curso de contratos de construção, incluindo contratos de serviços diretamente relacionados; instrumentos financeiros; ativos biológicos relativos a atividade agrícola e a produção agrícola no ponto de colheita; trabalhos em curso de serviços a prestar sem retribuição direta dos destinatários, ou com uma retribuição simbólica.

10.1 Inventários

Rubrica	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Recuperável
Mercadorias	1.451,30 €	- €	1.451,30 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	- €	- €	- €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €
Produtos acabados e trabalhos em curso	- €	- €	- €
TOTAL	1.451,30 €	- €	1.451,30 €

10.2 Inventários: movimentos no período

O saldo de existências finais de 2018 corresponde ao saldo inicial de existências no início do período. Todas as mercadorias adquiridas foram vendidas.

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos no período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
Mercadorias	1.451,30 €	15.063,83 €	15.063,83 €	- €	- €	- €	- €	- €	1.451,30 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Produtos acabados e trabalhos em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
TOTAL	1.451,30 €	15.063,83 €	15.063,83 €	- €	- €	- €	- €	- €	1.451,30 €

13. Rendimento de transações com contraprestação

O rendimento é mensurado pela quantia da contraprestação acordada e contratada entre o IPT e os seus clientes e utentes.

No quadro abaixo são divulgados valores consolidados dos rendimentos de transações com contraprestação de vendas e prestação de serviços:

Rendimentos e ganhos	
Impostos, contribuições e taxas	1.915.107,66 €
Vendas	61.244,52 €
Prestações de serviços e concessão	339.528,20 €
Total	2.315.880,38 €

O rédito é reconhecido nas vendas aquando da passagem para o comprador dos riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos e nos serviços prestados é reconhecido na demonstração dos resultados quando prestados, tendo em conta a proporção entre os serviços prestados no período e os serviços totais contratados.

Caso se verifiquem situações em que os serviços faturados são superiores aos serviços prestados, a diferença é registada na rubrica de rendimentos a reconhecer, sendo registados na demonstração dos resultados à medida que os mesmos são prestados e os respetivos gastos, associados a essa prestação, são incorridos.

14. Rendimento de transações sem contraprestação

Os rendimentos de transações sem contraprestação são reconhecidos aquando do reconhecimento do influxo de recursos.

O rendimento de transações sem contraprestação deve ser mensurado pela quantia do aumento no ativo reconhecido pelo IPT.

As estimativas com impacto nas demonstrações financeiras no IPT e Serviços de Acção Social do IPT são continuamente avaliadas, representando a data de cada relato a melhor estimativa tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Nesta nota são apresentadas as divulgações exigidas pela NCP 14 - Rendimento de Transações sem Contraprestação.

14.1. Rendimentos sem contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	
Impostos diretos	- €	- €	- €	- €	- €
Impostos indiretos	- €	- €	- €	- €	- €
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	- €	- €	- €	- €	- €
Taxas	- €	- €	- €	- €	- €
Multas e outras penalidades	- €	- €	- €	- €	- €
Transferências sem condição	11.536.261,55 €	- €	- €	- €	- €
Transferências com condição	- €	- €	- €	- €	- €
Subsídios sem condição	- €	- €	24.658,42 €	24.658,42 €	- €
Subsídios com condição	44.841,18 €	- €	- €	- €	44.841,18 €
Legados, ofertas e doações	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €
TOTAL	11.581.102,73 €	- €	24.658,42 €	24.658,42 €	44.841,18 €

O montante de 11.536.261,55€ corresponde a 11.219.045,75€ do IPT e 317.215,80€ dos SAS-IPT.

O montante de 11.219.045,75€ corresponde a: 10.374.605,00€ de transferências correntes da Administração Central; 85.217,82€ de transferências de Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central, acrescidos de regularizações de saldos de gerência no montante de 32.803,72€; 69.450,00€ de instituições privadas, 35.900,00€ de instituições bancárias; 87.783,30€ de autarquias locais acrescidos de 9.222,13€ de regularizações de saldos de gerência; e, 478.863,79€ de transferências de outras instituições referentes a projetos, acrescidos de regularizações de saldos de gerência no montante de 45.199,99€.

O montante de 317.215,80€ corresponde a 294.812,00€ de transferências correntes da Administração Central, deduzidos de 5,27€ de regularizações referentes a saldos de gerência de receitas do Estado, 22.388,00€ de transferências do IPT para atribuição de subsídios pontuais às Associações de Estudantes e Tuna e 21,07€ de regularizações referentes a saldos de gerência de receitas própria.

No que respeita às quantias por receber, assinala-se o montante de 2.141.785,60€ no âmbito do projeto de Implementação de medidas de eficiência energética nos edifícios do Campus do IPT (POSEUR).

Na transição para o normativo SNC-AP, os subsídios foram reclassificados em outras variações ao património, por se tratar de subsídios ao investimento.

17. Acontecimentos após a data de relato

Nesta nota são apresentadas as divulgações exigidas pela NCP 17 relativamente à data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e aos acontecimentos após a data de relato.

Entre a data de relato e a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão não ocorreram acontecimentos, quer favoráveis, quer desfavoráveis, que afetem as demonstrações financeiras apresentadas a 31/12/2018.

18. Instrumentos Financeiros**Ativos e Passivos financeiros****18.1 Ativos financeiros**

Ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade, com indicação, para cada uma das classes, separadamente, a quantia contabilística que resulta da mensuração ao custo ou custo amortizado e a imparidade acumulada.

A entidade classifica os ativos financeiros na categoria de devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber.

As dívidas de clientes, alunos, utentes e de outros terceiros não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal deduzidas de eventuais perdas de imparidade reconhecidas nas rubricas de perdas por imparidade acumuladas, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Relativamente aos ativos foi reconhecida uma imparidade por dívidas de propinas e de clientes e utentes.

Os depósitos bancários contêm valores em Euros para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

18.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros aqui tratados referem-se aos decorrentes de relacionamentos contratuais de aquisição de bens e serviços e de outros direitos e obrigações relacionados com a atividade económica dos SAS-IPT, designadamente, fornecedores e fornecedores de Investimento.

O IPT classifica e mensura os seus passivos financeiros ao custo, entendido este como a quantia nominal dos direitos e obrigações contratuais envolvidos.

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

As dívidas a fornecedores e a outros terceiros que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal, o que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

Todos os montantes incluídos nestas rubricas são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.

19. Benefícios dos empregados

A entidade atribui os seguintes benefícios de curto prazo aos seus empregados: ordenados, salários, contribuições para a segurança social, CGA, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, ausências permitidas a curto prazo e quaisquer outras retribuições previstas na Lei.

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano.

O IPT e os SAS-IPT não têm qualquer responsabilidade futura sobre fundos ou pensões.

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

19.3. Gastos reconhecidos no período

Gastos com Pessoal	
Remunerações dos Órgãos Dirigentes	260.117,30 €
Remunerações do Pessoal	9.636.590,12 €
Encargos com remunerações	2.226.003,95 €
Gastos de Ação Social	- €
Outros encargos sociais	83.402,75 €
Total	12.206.114,12 €

20. Divulgações de partes relacionadas

Nesta nota são apresentadas as divulgações exigidas pela NCP 20 - Divulgações de partes relacionadas.

20.1. Listagem de entidades controladas

O IPT não detém participações financeiras, contudo controla a 100% os Serviços de Acção social do Instituto Politécnico de Tomar, sendo a consolidação efetuada pelo método da simples agregação.

Os Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Tomar (SAS-IPT) são os serviços do Instituto vocacionados para assegurar as funções da ação social escolar, tendo como missão proporcionar aos estudantes as melhores condições de frequência do ensino superior, através de apoios e serviços prestados, que contribuam para o seu sucesso escolar.

Os SAS gozam de autonomia administrativa e financeira, nos termos e âmbito definidos por lei e nestes estatutos. O Presidente do IPT é o responsável máximo pelos Serviços de Acção Social, presidindo ao Conselho de Acção Social e detém a competência pela nomeação e exoneração do administrador dos SAS. Nos termos dos estatutos do IPT, a gestão financeira dos SAS compete ao Conselho de Gestão do IPT.

20.2. Transações entre partes relacionadas

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período	Termos e condições
		Tipo	Quantia	% no total das transações		
Serviços de Ação Social do IPT	Entidade controlada	Transferência corrente	22.388,00 €	100%	- €	- €
Totais			22.388,00 €	100%	- €	- €

O valor de 22.388,00€ foi o montante que a entidade IPT transferiu para os SAS-IPT, para atribuição de subsídios pontuais às Associações de Estudantes e Tuna.

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

21. Contabilidade de gestão

O IPT e os SAS não possuem uma contabilidade de gestão nos moldes previstos na NCP 27 e considerando que no ano de 2018 se verificou a implementação do SNC-AP, não se verificou a disponibilidade para a existência de uma contabilidade de gestão, de modo a produzir informação relevante e analítica sobre os custos, e sempre que se justifique, sobre rendimentos e resultados, para satisfazer uma variedade de necessidades de informação necessária à tomada de decisão.

No entanto, encontra-se em curso um estudo exaustivo de forma a ser possível implementar uma contabilidade de gestão nos moldes previstos na NCP 27.

22. Interesses em outras entidades

22.1 — Interesses em outras entidades - Interesses em entidades controladas não consolidadas

Relação das participações em entidades de natureza não societária cujo património social se encontre titulado

IDENTIFICAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO		PARTICIPAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017				VARIÁÇÕES, DESPESAS E RECEITAS DO ANO IIC 2018							PARTICIPAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018				
Denominação Social	Data	Moeda	Quantidade	Valor Nominal		Porcentagem	Quantidade	Natureza da alteração	Escala Legal	Despesa/Receita			Quantidade	Valor Nominal		Porcentagem	Obs.
				Unidade	Global					Natureza	Montante	Classif.		Unidade	Global		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
TAGUSVALLEY - Assoc. para a Promoção e desenvolvimento do Tecnopolo do Vale do Tejo	07-12-2004	EUR	9	5.000,00	45.000,00	9,68%							9	5.000,00	45.000,00	9,68%	
centro=abiliz - Plataforma para a Construção Sustentável	26-07-2007	EUR	2	500,00	1.000,00	1,71%							2	500,00	1.000,00	1,71%	
Cluster Agro-Industrial do Ribatejo	03-07-2011	EUR	1	500,00	500,00	0,99%							1	500,00	500,00	0,99%	
TOTAL			12		46.500,00 €								12		46.500,00		

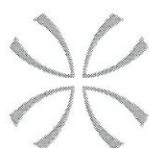


2018

RELATÓRIO DE ANÁLISE
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SERVIÇOS CENTRAIS DO IPT

Tomar, junho de 2019

ipt



Instituto Politécnico de Tomar

Índice

1	INTRODUÇÃO	3
2	SALDOS DE GERÊNCIA	4
3	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	6
3.1	Execução das Despesas	6
3.2	Execução das Receitas	8
4	ANÁLISE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
4.1	Contas de Balanço	10
4.2	Contas de resultados	12
4.2.1	Estrutura dos Rendimentos	13
4.2.2	Estrutura dos Gastos	14
5	INDICADORES ECONÓMICO E FINANCEIROS UTILIZADOS	16
6	CONTABILIDADE DE GESTÃO	18
7	MAPAS OBRIGATÓRIOS	19
7.1	Balanço	19
7.2	Demonstração de Resultados Consolidada	20
7.3	Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidada	21
7.4	Demonstração das Alterações no Património Líquido	22
7.5	Demonstração do Desempenho Orçamental	23
7.6	Demonstração de direitos e obrigações por natureza	24
	Gráfico 3 - 1 Despesa executada vs Despesa orçamentada corrigida	6
	Gráfico 3 - 2 Despesa orçamentada corrigida por agrupamento	6
	Gráfico 3 - 3 Despesa executada por agrupamento	7
	Gráfico 3 - 4 Compromissos por pagar	7
	Gráfico 3 - 5 Receita corrente vs Receita capital	8
	Gráfico 3 - 6 Receita orçamentada corrigida por capítulo	8
	Gráfico 3 - 7 Execução das receitas por capítulo	9
	Gráfico 4 - 1 Evolução do activo	11
	Gráfico 4 - 2 Composição do património líquido e do passivo	12
	Gráfico 4 - 3 Evolução dos resultados	13
	Gráfico 4 - 4 Estrutura de rendimentos (2018)	14
	Gráfico 4 - 5 Estrutura de gastos e perdas (2018)	15
	Quadro 1 – Composição do ativo líquido	10
	Quadro 2 – Composição do património líquido e passivo	12
	Quadro 3 – Composição do resultado líquido	13
	Quadro 4 – Estrutura de rendimentos	14
	Quadro 5 – Estrutura de gastos e perdas	15

1 INTRODUÇÃO

O Relatório de Contas 2018 mostra o desempenho orçamental, financeiro e económico do IPT, evidenciando em particular a forma como são usados os recursos, as fontes de financiamento, a execução orçamental, a situação patrimonial e ainda o desempenho económico.

A gestão orçamental dos IPT, no ano de 2018, caracterizou-se por uma rigorosa afetação dos recursos disponíveis às atividades e projetos desenvolvidos, em função das prioridades definidas, de forma a aumentar os níveis de eficiência, eficácia e economia. Simultaneamente a gestão financeira em 2018, pautou-se por um grande esforço na captação de receitas alternativas às transferências do Orçamento de Estado (OE).

Os indicadores de gestão apresentados mostram, entre outros aspetos, uma continuidade da autonomia financeira da Instituição, face às transferências do OE, uma boa solvabilidade e ainda diminuição um aumento do peso das despesas de capital no total das despesas face ao período anterior, o que revela a aposta feita pelo IPT no investimento público.

Em termos gerais as contas dos IPT em 2018 revelam uma boa saúde financeira, orçamental e económica, continuando a verificar-se uma gestão rigorosa e uma afetação eficiente dos recursos disponíveis.

A adoção pela 1.ª vez do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas - SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, teve um impacto na apresentação das Demonstrações Financeiras dos IPT em 2018, refletindo-se, essencialmente na rubrica de Outras Variações do Património Líquido, tendo sido sujeita a um processo de reclassificação.

A informação que consta no presente relatório cumpre com as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados pela entidade no período de 2018 e foram consistentes com os aplicados pela entidade na preparação da informação financeira e orçamental relativo ao período anterior.

2 SALDOS DE GERÊNCIA

A conta de gerência relativa a 31 de dezembro de 2018 sintetiza-se no seguinte quadro de fluxos:

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		372.768,66	380.465,85
Recebimentos de contribuintes		1.820.390,26	1.764.883,74
Recebimentos de utentes		288.073,81	276.811,77
Pagamentos a fornecedores		-1.587.370,58	-1.834.879,98
Pagamentos ao pessoal		-6.392.904,02	-6.181.605,84
Caixa gerada pelas operações		-5.793.409,50	-5.594.324,46
Outros recebimentos/pagamentos		5.698.710,72	5.657.879,36
Fluxos de caixa das actividades operacionais (a)		-94.698,78	63.554,90
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-114.694,61	-100.245,69
Activos intangíveis		-2.279,79	
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros activos		-292,26	
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Transferências de capital			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (b)		-117.266,66	-100.245,69
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuizos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (c)			
Variação de caixa e seus equivalentes (a + b + c)		-211.965,44	-36.690,79
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		266.755,25	303.446,04
Caixa e seus equivalentes no fim do período		15.932,00	266.755,25
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		266.755,25	303.446,04
- Equivalentes a caixa no início do período			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		266.755,25	303.446,04
De execução orçamental		99.644,36	267.457,59
De operações de tesouraria		167.110,89	35.988,45
Caixa e seus equivalentes no fim do período		54.789,81	266.755,25
- Equivalentes a caixa no fim do período			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		54.789,81	266.755,25
De execução orçamental		36.510,61	99.644,36
De operações de tesouraria		18.279,20	167.110,89
O valor no final do período diverge da soma dos restantes valores.			

Em 31 de Dezembro de 2018, o saldo resultante da execução orçamental foi de 54.789,81€ (266.755,25€ no final do ano económico de 2017), sendo 18.279,20€ (167.110,89€ no final de 2017) proveniente de operações de tesouraria e 36.510,61€ da execução orçamental (99.644,36€ em 2017).

O saldo orçamental, no valor de 36.510,61€, resulta do saldo do IPT de 30.010,65€ e 6.499,96€ dos SAS-IPT

Os 36.510,61€, resultantes da execução orçamental no IPT, referem-se a 393.787,84€ (183,05€ no final de 2017) de dotações orçamentais do OE, 65.510,43€ da fonte de financiamento 319 (0,00€ em 2017), 1.550,45€ de Transferências de RG afetas a projetos cofinanciados entre organismos -fonte de financiamento 359 (0,00€ em 2017), 0,50€ de Feder - Competitividade e Internacionalização -fonte de financiamento 411 (0,00€ em 2017), 77.109,28€ de Feder - Centro 2020 – fonte de financiamento 413 (0,00€ em 2017), 44.841,18€ de Fundo de Coesão – SEUR da fonte de financiamento 432 (0,00€ em 2017), 72.183,30€ de Fundo Social Europeu - PO Capital Humano da fonte de financiamento 443 (0,00€ em 2017), 83.348,60€ de Outros e Saldos de Fundos Europeus – fonte de financiamento 482 (0,00€ em 2017), 3.119,43€ de Saldos de Fundos Europeus – fonte de financiamento 488 (0,00€ em 2017), 720.167,69€ negativos (152.999,98€ no final de 2017) de receitas próprias e 8.727,33€ de Transferências de RP entre organismos – fonte de financiamento 540.

Importa referir que o saldo negativo da fonte de financiamento receitas próprias (513) se deve-se ao não reforço da tutela para fazer face aos encargos do IPT com o pagamento de descontos de vencimentos, receitas referentes a pedidos de pagamento/adiantamentos de projetos não recebidas e ao facto de conforme se encontra inscrito em orçamento do IPT para 2018 terem sido inscritos nos capítulo 08 – Outras receitas correntes no valor de 1.183.800€, o qual representa o défice que o IPT havia previsto ocorrer em 2018.

Os 6.499,96€, resultantes da execução orçamental nos SAS-IPT, referem-se a 146,61€ (141,34€ no final de 2016) de dotações orçamentais do OE, 4.169,35€ (4.190,42€ no final de 2017) de receitas próprias e 2.184,00€ referentes ao IRS-Dependente de dezembro de 2018, o qual só poderá ser liquidado em janeiro de 2019.

3 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

3.1 Execução das Despesas

Em 31 de Dezembro de 2018, a despesa executada no orçamento do Instituto Politécnico de Tomar totalizou 14.682.185,62€, enquanto a despesa orçamentada corrigida totalizou 16.331.558,00€, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 89,90%.

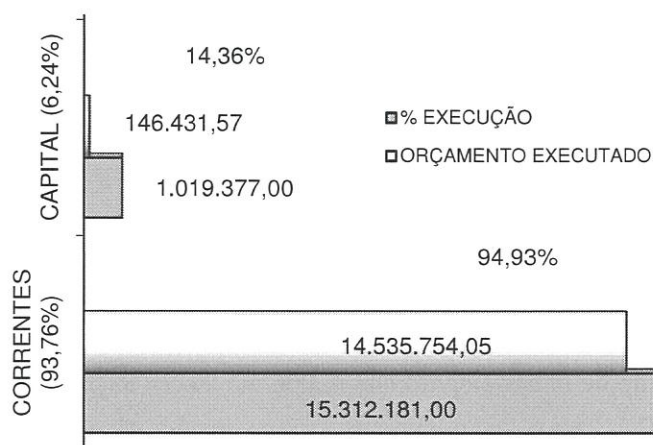


Gráfico 3 - 1 Despesa executada vs Despesa orçamentada corrigida

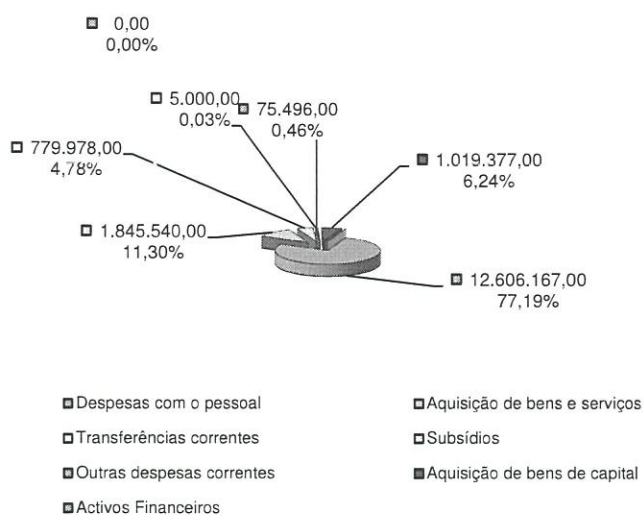


Gráfico 3 - 2 Despesa orçamentada corrigida por agrupamento

A despesa orçamentada corrigida compunha-se de 6,24% de despesas de capital e de 93,76% de despesas correntes, sendo a execução orçamental destas despesas de 14,36% e 94,93%, respectivamente (Gráfico 3-1).

Considerando as despesas orçamentadas corrigidas por sub agrupamento, constatou-se que houve uma maior preponderância das outras despesas correntes em termos de grau de execução (97,55%) (Gráfico 3-2).

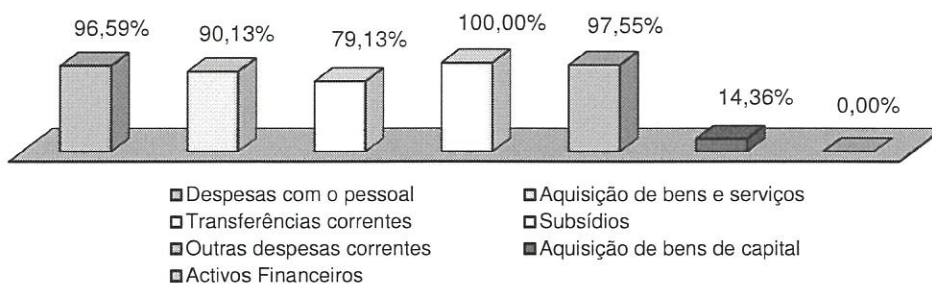


Gráfico 3 - 3 Despesa executada por agrupamento

Na despesa executada por sub agrupamento, verificaram-se graus de execução orçamental de 96,59% para as despesas com o pessoal, de 90,13% para as despesas com aquisição de bens e serviços, de 79,13% para as despesas com transferências correntes, 100% para as despesas com subsídios, de 97,55% para as despesas com outras despesas correntes, de 14,36% para as despesas com aquisição de bens de capital e não houve execução para as despesas com ativos financeiros (Gráfico 3-3).

Relativamente aos compromissos assumidos (14.682.185,62€) verifica-se a que ficaram por pagar à data de 31 de dezembro 785.965,50€, os quais se repartem de acordo com o evidenciado no gráfico seguinte.

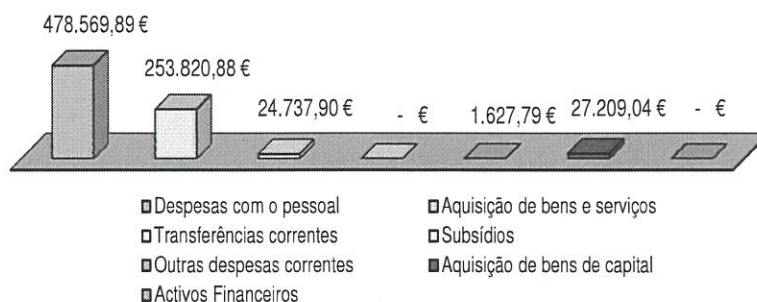


Gráfico 3 - 4 Compromissos por pagar

3.2 Execução das Receitas

Em 31 de Dezembro de 2018, a receita executada no orçamento do Instituto Politécnico de Tomar totalizou 13.932.730,43€, enquanto a receita orçamentada corrigida totalizou 16.331.558,00€, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 85,31%.

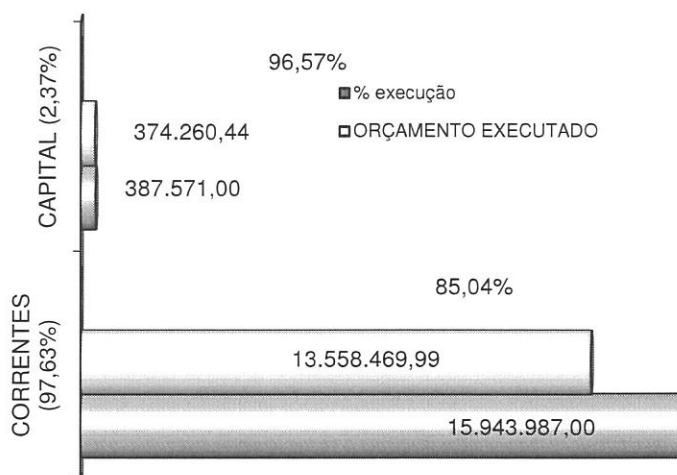


Gráfico 3 - 5 Receita corrente vs Receita capital

A receita compunha-se de 2,37% receitas de capital e de 97,63% de receitas correntes, sendo a execução destas receitas, de 96,57% e 85,04%, respetivamente (Gráfico 3-5).

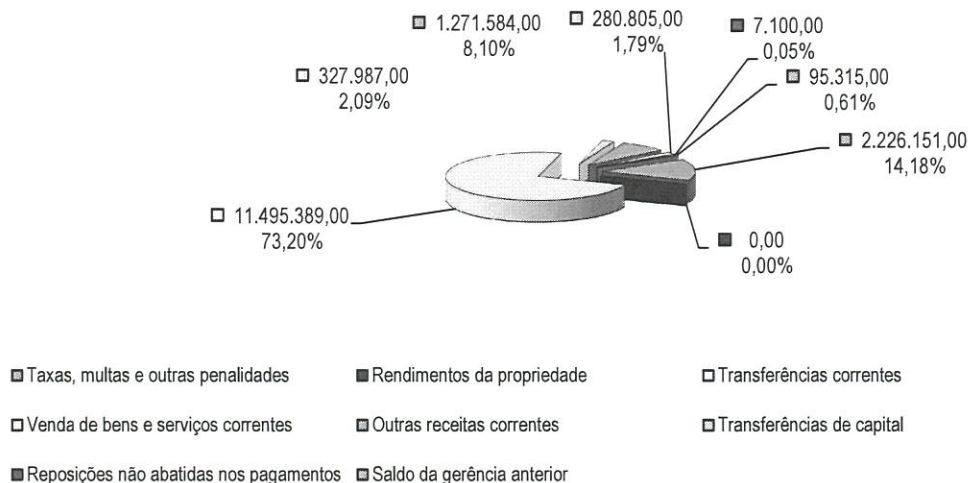


Gráfico 3 - 6 Receita orçamentada corrigida por capítulo

Considerando as receitas orçamentadas corrigidas por capítulo, constatou-se que houve uma maior preponderância das receitas provenientes de transferências correntes (73,20%) (Gráfico 3-6).

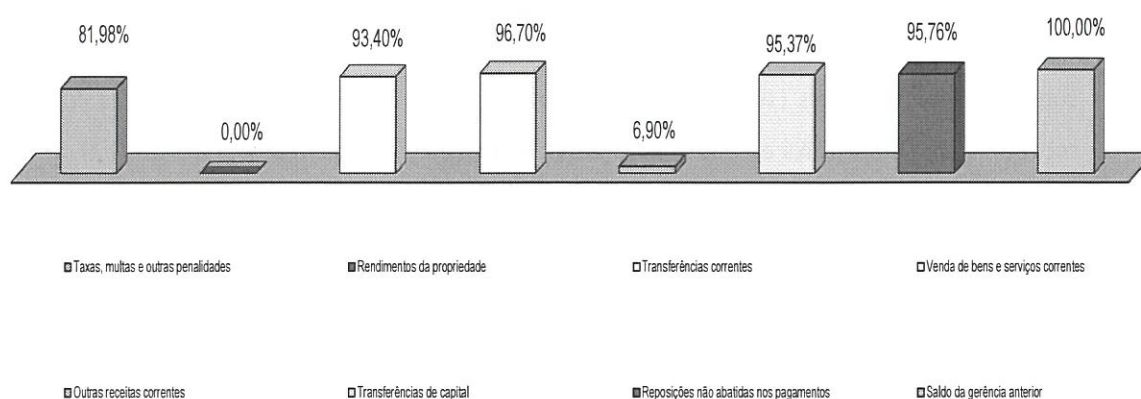


Gráfico 3 - 7 Execução das receitas por capítulo

Considerando a receita executada por capítulo, verificaram-se graus de execução orçamental de 81,98% para as receitas provenientes de taxas, multas e outras penalidades, de 0 % para as receitas provenientes de rendimentos da propriedade, de 93,40% para as receitas provenientes de transferências correntes, de 96,70% para as receitas provenientes de venda de bens e serviços correntes, de 6,9% para as receitas provenientes de outras receitas correntes, de 95,37% para as receitas provenientes de transferências de capital e de 95,76% para as receitas provenientes de reposições não abatidas nos pagamentos. Verificou-se para o saldo da gerência anterior um grau de execução orçamental de 100,00% (Gráfico 3-7).

4 ANÁLISE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aquando da leitura e análise das demonstrações financeiras, deve ter-se em consideração que as demonstrações financeiras reportam a 31 de dezembro de 2018.